

## **A LEI 9394/96 COMO POLÍTICA EDUCACIONAL E O TRABALHO DOS PROFESSORES**

---

Bruna Pereira Alves Fiorin (UFSM) – brualves\_22@yahoo.com.br

Liliana Soares Ferreira (UFSM) – anaililferreira@yahoo.com.br

Maria Cecília Martins Manckel (UFSM) – fazerhistoria@yahoo.com.br

### **Resumo**

Esta pesquisa se propõe a discutir as distintas concepções que os professores têm sobre seu trabalho, sua escolha profissional, relacionando-as à LDB 9394/96. Para tanto, efetivou-se um estudo de caso, tendo como procedimento para a coleta de dados a realização de um grupo de interlocução com 30 professores de escolas municipais do interior do Rio Grande do Sul e análise documental da LDB. Para a análise dos dados, embasou-se na Análise de Conteúdo, buscando uma leitura aprofundada dos dados, além do aparente. Percebeu-se, no decorrer deste estudo, que os professores têm dificuldade em descrever qual é o seu trabalho e a LDB, política pública essencial para a educação, não aprofunda esta questão.

**Palavras-chave:** Trabalho; políticas públicas; professores.

### **THE LAW 9394/96 AS EDUCATIONAL POLICY AND TEACHERS' WORK**

#### **Abstract**

This research was developed based on discussions of teachers' work and public policy. It proposes to discuss different conceptions that teachers have about their work, their career choice, relating them to the LDB 9394/96. For both, was accomplished a case study, with the procedure for data collection for the realization of dialogue with a group of 30 teachers of municipal schools in the interior of Rio Grande do Sul and documental analysis of the LDB. For data analysis, it had based on the content analysis, seeking a thorough reading of the data, beyond the apparent. It was noticed in the course of this study, that teachers have difficulty describing what your work is and the LDB, public policy essential for education, not deepens this issue.

**Key-words:** Work; public policy; teachers.

**DOI:** 10.28998/2175-6600.2013v5n9p93

**Caracterizando a pesquisa**

Esta pesquisa objetivou analisar as relações estabelecidas entre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, como política pública para a educação, e o discurso de professores sobre o seu trabalho, pois acredita-se que esta relação é muito importante para ampliar as discussões sobre o trabalho destes profissionais. Para isso, buscou-se, no primeiro momento, apresentar uma conceituação sobre trabalho e o que é uma política pública.

A concepção de trabalho do grupo de pesquisadoras é embasada em textos elaborados com base em Marx (2010) e em autores que o sucederam, tais como Antunes (1999; 2005) e Mészáros (2005), que descrevem trabalho como produção, algo que constitui o sujeito. Compreende-se que, a partir do momento em que o ser humano começa a produzir para viver, também produz uma diferenciação entre ele e os animais. Essa distinção se caracteriza na capacidade do ser humano antecipar suas ações através do planejamento dos diversos caminhos possíveis para alcançar seus objetivos, culminando em uma procura em dominar a natureza, gerando uma atividade propriamente humana: o trabalho (ANTUNES, 1999). Nessa perspectiva, os seres humanos constituem-se a partir do trabalho, processo de transformação da natureza que compõe o que se chama cultura e que estabelece o lugar de cada sujeito na sociedade. Assim sendo, o tipo de relações que se estabelecem é que irão conduzi-lo dentro da sociedade.

Porém, a modernidade, a partir do século XVI, sobretudo, vai apresentar uma intensificação na sociedade: a capitalista, organizada pela lógica do capital, a partir da qual praticamente tudo pode se tornar mercadoria, incluindo o trabalho. Esta realidade faz com que o trabalho mude a sua configuração, deixando de ser humanizador para se tornar mais um elemento de troca nas relações de sobrevivência na sociedade. É nessa sociedade capitalista, organizada a partir do capital, que os professores, também “classe que vive do trabalho”, desenvolvem o seu trabalho pedagógico. Essa expressão, “classe que vive do trabalho”, é citada por Antunes (1999) para se referir à classe trabalhadora, àqueles que vivem da venda de sua força de

## *Debates em Educação*

trabalho, incluindo, desta forma, os professores, cujo trabalho é entendido como a produção da aula e, por meio da linguagem, a produção do conhecimento.

Produzir linguagem significa produzir discursos. Significa dizer alguma coisa para alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico. Isso significa que as escolhas feitas ao dizer, ao produzir um discurso, não são aleatórias — ainda que possam ser inconscientes —, mas decorrentes das condições em que esse discurso é realizado. Quer dizer: quando se interage verbalmente com alguém, o discurso se organiza a partir dos conhecimentos que se acredita que o interlocutor possua sobre o assunto, do que se supõe serem suas opiniões e convicções, simpatias e antipatias, da relação de afinidade e do grau de familiaridade que se tem, da posição social e hierárquica que se ocupa em relação a ele e vice-versa. Isso tudo pode determinar as escolhas que serão feitas com relação ao gênero no qual o discurso se realizará, à seleção de procedimentos de estruturação e, também, à seleção de recursos linguísticos. É evidente que, num processo de interlocução, isso nem sempre ocorre de forma deliberada ou de maneira a antecipar-se ao discurso propriamente. Em geral, é durante o processo de produção que essas escolhas são feitas, nem sempre (e nem todas) de maneira consciente (BRASIL, 1997, 3).

A linguagem, nesta concepção, apresenta-se como funcional e contextualizada, e acontece de forma individual e socialmente, atendendo as especificidades de cada local. De acordo com Antunes (2003), tal conhecimento não implica no armazenamento e estoque de um conjunto de informações, de conteúdos e regras, mas na existência de uma capacidade gerativa, isto é, uma capacidade de encontrar novas respostas para problemas inteiramente novos, em novas situações.

Estabelecer essas relações e compreensões acerca da linguagem e das relações estabelecidas a partir dela é importante, pois, quando se analisa o trabalho dos professores na perspectiva das políticas públicas, se percebe que estas são um conjunto de ações organizadas visando a atender o coletivo. Desta forma, tais políticas podem ser organizadas pelo Estado em sua esfera federal, estadual e municipal, procurando suprir e adequar-se às diversas necessidades da sociedade. Assim, as políticas tendem a ser direcionadas para setores específicos como: saúde, transporte,

## Debates em Educação

habitação, educação, influenciando o trabalho daqueles que estão inseridos nesses contextos.

Especificamente, as políticas educacionais emergem da necessidade de organizar o social para suprir *déficits* em diferentes momentos da história brasileira, “[...] tal como em outras realidades, a questão educacional emerge como um tema socialmente problematizado no bojo da própria estruturação do Estado-nação.[...]” (AZEVEDO, 2001, 18).

A Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, foi inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, buscando, assim, ampliar as possibilidades de acesso e de formação e preparo do indivíduo para a sociedade. A partir da LDB 9394/96, no entanto, buscou-se uma proposta de educação que viesse a atender os anseios dos programas mundiais de erradicação do analfabetismo e de possibilidade de todos terem acesso à escola e nela permanecerem. O contexto da LDB de 1996 era de pós-constituição federal de 1988, sofrendo influência de documentos internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos, de Jomtien (1990), e o acordo de Salamanca (1994), que eram direcionados a minimizar os *déficits* educacionais mundialmente. Acrescenta-se que a equidade que se buscava nestes documentos marca explicitamente uma das características da política a que se está referindo. “[...] A política educacional é uma *política pública social*, na medida em que busca a redução das desigualdades, volta-se para o indivíduo – não como consumidor, mas como cidadão, detentor de direitos [...]” (MARTINS, 2010, p. 499).

Assim sendo, as políticas públicas educacionais foram direcionadas para suprir as necessidades da sociedade, até então com grande número de analfabetos e com crianças e jovens fora da escola. Com princípios humanizadores, a LDB vem direcionando e estabelecendo a estrutura da educação brasileira. Contudo, sua aplicação depende de diversos fatores, sendo os de maiores destaque: a sua adequação ao contexto real, investimentos e recursos humanos para aplicá-la, e o trabalho dos professores. Desta forma, estabelecer as relações entre a LDB e o

## *Debates em Educação*

trabalho dos professores, levando em consideração a sua perspectiva sobre trabalho no contexto real, faz-se necessária para compreender até que ponto as políticas públicas para a educação vem atendendo às necessidades da sociedade em relação à educação. Que tipo de trabalho é possível encontrar na LDB? É possível compreender melhor o trabalho dos professores a partir desta Lei?

Esta pesquisa foi desenvolvida para tentar responder ou problematizar estas questões. Trata-se de um estudo de caso, já que este método pode ser usado em diferentes situações para contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, políticos e relacionados (YIN, 2010), que teve como procedimento, para coleta de dados, um grupo de interlocução com 30 professores de escolas municipais e privadas de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul no ano de 2011, e análise documental da LDB. Entende-se o grupo de interlocução como um encaminhamento da pesquisa capaz de torná-la atividade que congrega os sujeitos envolvidos, tendo a linguagem como possibilidade da produção coletiva dos sentidos e do contínuo redimensionamento da ação, visando a encontrar respostas à problematização. A análise dos dados foi embasada na Análise de Conteúdo. Na perspectiva de Bardin (2006) esta análise tem como objetivo superar as incertezas (ou possibilitar que as incertezas possam ser minimizadas sobre o assunto) e enriquecer as leituras dos documentos ou dados coletados em diferentes tipos de abordagens. Tal técnica considera essencial uma leitura aprofundada dos dados possibilitando ao pesquisador perceber o que está intrínseco nos discursos dos sujeitos da pesquisa, levando em consideração o contexto social, político, cultural e econômico em que os dados analisados foram gerados.

### **Resultados e Discussões**

Este estudo teve início em um grupo de interlocução realizado com 30 professores, anteriormente mencionados. Neste grupo discutiram-se questões sobre como os professores compreendiam e descreviam o seu trabalho nas escolas,

## Debates em Educação

considerando como aconteceu sua escolha profissional. Os dados deste grupo foram divididos e organizados da seguinte forma:

- a - Discussões sobre a escolha profissional (trabalhar como professor);
- b - Discussões sobre o que os sujeitos da pesquisa consideram como trabalho dos professores.

Nos discursos sobre a escolha profissional surgiram pontos distintos. Dentre eles, foi recorrente o assistencialismo, o dom, a vocação, como características fundamentais na escolha pelo trabalho como professor(a): “[...] veio de dentro, inerente” (PROFESSORA 1). Este discurso é comum a muitos professores, destacando os que trabalham com a educação infantil e anos iniciais, principalmente quando estes são mulheres. O trabalho da mulher quando permitido fora dos lares vem atrelado à ideia de vocação, de doação de si e responsabilidade pelo outro. O trabalho de professor constitui-se como trabalho de mulher, a pessoa ideal para ensinar o outro:

[...] os saberes exigidos para este trabalho são atribuídos à mulher como “dons naturais”. O entendimento comum é de que a mulher, que nasce com o “dom da maternidade” e é a primeira responsável pela educação de seus/suas filhos/as, é a pessoa ideal para ser também a mãe dos filhos dos outros na escola, instituição que é considerada a extensão do lar (AFONSO, 2007, p. 6).

Hypólito (1997) complementa afirmando que existem ainda outros fatores que corroboram para esta situação: “[...] a escolarização das mulheres em Escolas Normais; o ideário da vocação conjugado com as “habilidades” femininas; a saída dos homens desse mercado de trabalho; e a possibilidade de salários iguais” (HYPOLITO, 1997, p. 56). Estes são alguns dos motivos que ajudam a compreender por que algumas professoras ainda percebem seu trabalho apenas como vocação, pois ainda estão presas a concepções de quando surgiu a constituição do magistério como profissão de mulher.

## *Debates em Educação*

O termo vocação aplicado à professora, necessariamente tem uma raiz na Igreja, na medida em que esta acreditava (e acredita) que os seres, quando nasciam, estavam dotados do bem ou do mal, de potencialidades para ação ou não. “É preciso ter vocação”, ouve-se no discurso popular, quando alguém afirma querer ser professor. Entende-se a afirmação como “É possível ter potencialidades inatas superiores, tais como paciência, doação, inteligência”.

Outro ponto que se destacou no debate com os professores foi a influência de outras pessoas (antigos professores) na escolha profissional: “Escolhi por exemplo de um professor do cursinho. Temos muito que contribuir como professores. Temos muita responsabilidade.” (PROFESSOR 12). A justificativa de ter se espelhado em outra pessoa vem atrelada a responsabilidade de ter que fazer um bom trabalho, que a escolha da profissão é vinculada ao exemplo e ao sentimento de gratidão e de necessidade de estar fazendo a coisa certa, é uma forma de dar sentido ao trabalho. O interessante é que dificilmente os professores atribuem as suas escolhas a uma pesquisa sobre o que compreende o trabalho dos professores além do ensinar, ou seja, o processo de conhecimento da profissão acontece na prática e nos cursos de formação, a escolha é significativamente atribuída a traços de vocação ou influência de outras pessoas.

O segundo ponto desta pesquisa foi problematizar como os professores compreendiam o seu trabalho. Dentre os discursos destacaram-se:

a - “Professor-mediador. Produzir conhecimentos. Trabalhar com a parte humana” (PROFESSORA 8). Imbricado neste discurso percebe-se que existe uma necessidade de ter uma experiência imediata, partindo da interação através da qual seja possível atribuir sentido ao ensinar e ao aprender. O professor é apresentado como aquele que tem que tornar a aprendizagem necessária e apresentando motivos para que o outro da relação, o estudante, se descubra “capaz de”, e assim poder fazer a diferença. Assim sendo, mediar é colaborar para que alguém aprenda, criando as condições para tal. Mediar implica os sujeitos partilharem linguagem.

## Debates em Educação

b - “É papel do professor fazer a diferença e mostrar que os estudantes fazem a diferença” (PROFESSORA 6). A partir deste discurso é possível perceber a preocupação em desenvolver um trabalho que contribua para o funcionamento da escola, para a produção de conhecimento dos estudantes e para a comunidade em geral. Os professores demonstram uma grande preocupação com os resultados de seu trabalho, acreditando na educação como possibilitadora de mudanças e soluções para o sistema.

c - “O professor tem que se voltar para a crítica. Não somos massa de manobra” (PROFESSORA 10). Professor(a) precisa ter pé no chão e a sagacidade de fazer com que suas aulas não sejam espaços de monotonia e de reprodução de discursos que excluam e apaguem a importância da educação e do seu trabalho como professor(a). Produzir conhecimento faz parte de um processo de obstinação para não se tornar mais um fantoche das perspectivas políticas de governo e também da própria lógica do capital em transformar as pessoas em meros consumidores.

Dos 30 professores que participaram da pesquisa apenas um se remeteu à produção de conhecimentos. O restante enfatizava as relações entre os professores e estudantes como essencial: “É papel do professor fazer a diferença e mostrar que os estudantes fazem a diferença” (PROFESSORA 6).

Refletindo sobre esses discursos e sobre a dificuldade que os professores têm de falar sobre seu trabalho e, até mesmo, sobre educação, realizou-se uma análise documental da LDB 9394/96, buscando pontos que possam auxiliar na compreensão do trabalho dos professores.

Nesta política pública não se cita, especificamente, uma conceituação de trabalho dos professores, mas se apresenta algumas incumbências, como descrito na sequência deste texto. No Artigo 1º da LDB já se encontra a palavra trabalho, como um dos espaços relacionados à educação: “Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, *no trabalho*, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (*grifo das autoras*) (BRASIL, 1996, p. 01). Neste mesmo Artigo, no parágrafo 2º, afirma-se que “A educação escolar deverá



## *Debates em Educação*

vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996, p. 01). Sendo que tal afirmativa é reforçada no Art. 2º quando se refere à finalidade da educação, esta é apresentada como sendo para o educando “o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p.01).

Além disso, a LDB cita outras questões referentes ao trabalho:

- a - qualificação para o trabalho;
- b - orientação para o trabalho;
- c - preparação para o trabalho;
- d - condições adequadas de trabalho;
- e - trabalho efetivo em sala de aula;
- f - trabalho acadêmico;
- g – plano de trabalho do docente.

Há, na LDB, principalmente, uma preocupação com a relação entre os estudantes e o mundo do trabalho. Nesta política pública, como citado nos quatro primeiros itens acima, menciona-se, muitas vezes, a qualificação, preparação e orientação para o trabalho. Estas características remetem-se às necessidades expostas pela sociedade capitalista, que prima pela produção de mercadorias a todo o momento, onde a concorrência é grande e exige-se que o trabalhador esteja “qualificado” e “preparado” para o “mercado” de trabalho. Na contemporaneidade destaca-se a importância de estar sempre atualizado, acompanhando as inovações do mercado e ter conhecimentos de diferentes conteúdos gerais e específicos que o auxiliarão no ingresso nesse mercado. Importante destacar que, etimologicamente, a palavra mercado está relacionada ao lugar onde se comercializa diferentes gêneros e outras mercadorias, contudo, a definição econômica vai apresentar mercado como sendo qualquer situação em que compradores e vendedores em potencial entram em contato. Desta forma, podemos dizer que no mercado de trabalho apresentado pela

## Debates em Educação

lógica capitalista a mercadoria é a força de trabalho, e a forma de adequação é estar inserido nesse mercado.

Em específico sobre os professores e seu trabalho a LDB apresenta, no Art. 13º, algumas incumbências:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, p. 6-7).

Considera-se relevante para essa discussão o inciso V desse artigo, que apresenta que o professor, além de outras incumbências, deve participar integralmente de períodos dedicados ao seu desenvolvimento profissional. Dentro da lógica do capital, é o que podemos compreender por qualificação e constante adequação ao “mercado” de trabalho, as constantes mudanças das políticas de governo, que de forma diferenciada das políticas públicas, são modificadas e estabelecem novos padrões profissionais dentro de curtos períodos.

Um novo conceito de qualificação profissional, não mais pautado em habilidades específicas, típicas de um determinado posto de trabalho ou ocupação, mas sim com base em uma educação geral, sólida e ampla o suficiente para que o indivíduo possa, ao longo de seu ciclo produtivo, acompanhar e se ajustar as mudanças dos processos produtivos, que deverão se tornar cada vez mais frequentes (FOGAÇA, 2003, p. 22).

## *Debates em Educação*

Percebe-se que quando se refere ao trabalho, estes destaques da LDB apresentam trabalho como profissão, produção, como processo que existe em função do coletivo e que tem por finalidade fazer com que os indivíduos que participam desta relação se tornem aptos para a sociedade e principalmente qualificados em seu trabalho.

### **Considerações Finais**

De acordo com as pesquisadoras, o trabalho dos professores na escola é um processo que envolve participação, pesquisa, produção, conhecimento e linguagem, mas consubstancia-se na aula, evento em que acontece a produção do conhecimento dos sujeitos.

No decorrer deste estudo buscou-se compreender um pouco mais sobre como professores que trabalham em escolas do interior do Rio Grande do Sul apresentam sua escolha profissional e o trabalho como professores. Foi possível perceber, a partir dos discursos, que algumas professoras ainda relacionam seu trabalho ao dom/vocação e que outros apontam o exemplo de antigos profissionais como ponto suficiente para terem optado por trabalhar na área em que estão inseridos atualmente: a educação. O trabalho dos professores, por sua vez, é apontado por eles como: mediar, fazer a diferença e ser crítico. Apenas um professor citou a produção de conhecimento como sendo parte de seu trabalho. O conhecimento não deveria ser o foco? Esta não é a primeira pesquisa realizada acerca deste tema e, em outros momentos, também se percebeu que os professores tem muita dificuldade para caracterizar o seu trabalho.

Com base nestas discussões buscou-se, na LDB 9394/96, pontos que remetessem ao trabalho dos professores. Muitos tipos de trabalho são mencionados nesta política pública, porém, aos professores, são citadas apenas algumas incumbências, como por exemplo: participar da elaboração da proposta pedagógica do

# Debates em Educação

estabelecimento de ensino, zelar pela aprendizagem dos alunos e ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Dentre as questões apresentadas pela LDB a que mais se destacou ao olhar das pesquisadoras foi a ênfase na qualificação do estudante para o mundo do trabalho, seguindo uma lógica capitalista de que a escola deve preparar fundamentalmente para o trabalho. Volta-se a questionar: E a produção de conhecimentos? Como ela acontece dentro deste contexto mercadológico? Estas são questões a serem discutidas a todo o momento, pois se acredita que é necessário que os professores se questionem sobre isso para, talvez, a partir destas problematizações, repensarem qual é, realmente, o seu trabalho dentro da escola e, em específico, na sala de aula.

Esta pesquisa não se encerra com estas discussões, visto que este tema é de extrema acuidade, principalmente para a área da educação, para professores e comunidade escolar. É preciso continuar problematizando o trabalho dos professores e destacando a relevância de que estes profissionais tenham mais clareza e firmeza sobre o que realmente deve ser o seu trabalho.

## Referências

ANTUNES, Irandé. Assumindo a dimensão interacional da linguagem. In: **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha** – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

AFONSO, Lucia Helena Rincón et al. Associação Nacional pela formação de professores e professoras: Profissão feminina. In: **IV Simpósio Trabalho e Educação**, 2007.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. O estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR Marcia Angela da S. (orgs). **Gestão da educação, impasses, perspectivas e compromissos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 17- 42.

# Debates em Educação

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei nº 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dez. 1961.

BRASIL, **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

FOGAÇA, Azuete. Educação e qualificação profissional nos anos 90: o discurso e o fato. In: OLIVEIRA, D. A. e DUARTE, M. R. T. (Orgs.). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da educação**. n.3. v. 26, set.- dez. 2010. p. 409-640.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I – 27ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MÉSZÁROS, Istevan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

YIN, Robert. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.